

## Explorar petróleo na foz do Amazonas é agenda anti-ESG (1)

Suely Araújo <sup>2</sup>

Daniela Jerez <sup>3</sup>

A concessão de blocos na Foz do Amazonas, em 2013, representou um marco na história da indústria petrolífera no Brasil. A maioria dos blocos foram arrematados pela empresa britânica British Petroleum (BP), pela francesa Total e pela Petrobras. Corre à boca pequena que a Foz do Amazonas, pela quantidade e qualidade do óleo estimado, seria o novo pré-sal. Passados quase 10 anos, a euforia passou e o cenário mudou drasticamente pressionado pela emergência climática. As duas petroleiras estrangeiras saíram do negócio, e a brasileira tenta seguir com o intuito de explorar petróleo em uma região com alta sensibilidade ambiental, próxima ao grande sistema recifal amazônico e que é influenciado pelo maior desemboque de água doce no mar do mundo. Porém, desde a concessão desses blocos, poucos passos foram dados.

A licença ambiental do bloco FZA-M-59 ainda não foi concedida porque os órgãos competentes entendem que faltam elementos que garantam um plano de emergência eficiente para o caso de um derramamento de óleo (que pode causar danos transfronteiriços, chegando por exemplo à Guiana Francesa, além de impactar estados brasileiros como Amapá, Maranhão, Pará). Tem-se exatamente o mesmo problema que levou o Ibama a negar licença para empreendimentos da empresa Total na região, em 2018. MPF, Ibama e pesquisadores também apontam que a modelagem da exploração do FZA-M-59 que simula a dispersão do óleo em caso de acidentes com dados de 2013 está defasada e não garante segurança ao processo.

Produção porá em risco ecossistemas importantes e modos de vida que deles dependem, como o dos indígenas

Outra condicionante à liberação, cobrada pelo MPF, é a obrigatoriedade da consulta livre, prévia e informada aos povos locais sobre a forma como os seus modos de vida seriam impactados. Noves fora, a empresa que quer fazer a exploração não consegue comprovar que a operação seja segura, mas, ao mesmo tempo, já promete ganhos econômicos e movimenta o setor petrolífero com

aluguel de navios, contratação de embarcações e outras atividades. Além disso, nem todos os pescadores e pescadoras locais foram informados sobre estarem na rota das embarcações, tampouco os indígenas foram consultados sobre como uma alta de 3.000% do fluxo de aviões no aeroporto pode alterar a dinâmica da cidade e impactar suas terras, rotinas e até a vida da fauna local.

Investir na Margem Equatorial, onde está localizada a Foz do Amazonas, implica assumir grandes riscos geológicos: o Iseg - índice de sucesso exploratório geológico - da Foz do Amazonas atualmente é de apenas 2%, bem menor que a média brasileira na exploração offshore (64%). Isso ilustra o pouco conhecimento geológico sobre a região, sobre a qual não há garantia de existência de reservas viáveis para produção comercial.

Mesmo na hipótese de existência de reservas em quantidade e volumes suficientes, é preciso acumular conhecimento sobre a área, o que estende os prazos para desenvolvimento da produção para além da média brasileira de 10 a 15 anos. Ademais, o desenvolvimento da produção exigiria preparar a infraestrutura logística, criando-se bases de apoio offshore, inexistentes na região.

Isso indica que a produção de petróleo na região, caso viável, só deve ocorrer depois de 2037, num contexto mundial muito mais restritivo para o desenvolvimento de novas fronteiras petrolíferas. Nesse caso, as empresas deixarão de investir no desenvolvimento de bacias não consolidadas e priorizarão a produção em áreas tradicionais, com baixo custo de produção, infraestrutura logística de escoamento existente e impacto ambiental equacionado, ao mesmo tempo em que ampliam investimentos em fontes renováveis de energia. Investimentos não consolidados em P&G tendem a se tornar ativos encalhados, sobre os quais não será possível obter retorno financeiro. Do ponto de vista climático, não há mais tempo para adiar o corte das emissões oriundas das fontes fósseis. Do ponto de vista financeiro, trata-se de uma agenda anti-ESG, que trará prejuízos a todos envolvidos nesse tipo de produção.

A exploração de petróleo é a segunda atividade que mais emite gases de efeito estufa no planeta. Mas o cenário global mudou muito e o fiel da balança pode ser o investidor, que está mais atento para os índices dos ativos ESG, de empresas que se adaptam ao fato de termos de reduzir emissões para termos direito ao futuro.

Além de conhecer o setor de combustíveis brasileiros como nenhuma outra empresa, a Petrobras possui experiência em geração de energia, áreas em que a possibilidade de desenvolvimento de cadeias produtivas de baixo carbono é enorme. Ela pode, por exemplo, produzir hidrogênio verde, insumo energético cada vez mais valorizado pela sua baixa emissão, e utilizá-lo em refinarias, ou mesmo fornecê-lo para o setor industrial ou de transportes.

Desenvolver esses novos negócios é complexo e exige muita inovação, mas é também uma guinada em direção a setores que serão a base da economia nas próximas décadas. Só assim o Brasil poderá gerar emprego e renda verdadeiramente sustentáveis. O caminho certamente não é a dependência da renda petroleira.

Sem olhar para o presente das comunidades locais e para o futuro do planeta, ao passo que pelo menos quatro empresas que participaram da 11ª rodada desistiram de atuar na Foz do Amazonas, a Petrobras tenta, a todo custo, a licença ambiental de exploração de petróleo do bloco FZA-M-59 (e outros 5 blocos adjacentes), colocando em risco ecossistemas importantes e complexos e modos de vida que deles dependem, como os dos indígenas, quilombolas e extrativistas e outros povos e comunidades tradicionais. Isso tudo no Brasil, reconhecidamente um país com vastas possibilidades de desenvolvimento de energias renováveis.

Não há mais espaço e é um contrassenso investir bilhões de reais, que poderiam ser investidos em fontes de energia limpa, para abrir novas fronteiras exploratórias para exploração de combustíveis fósseis, com uma perspectiva de curto prazo - se é que será encontrado óleo comerciável. E, se for encontrado, depois de 2030, ano em que o país assumiu como meta reduzir em 50% suas emissões de gases de efeito estufa, como fica esse investimento?

1. Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/explorar-petroleo-na-foz-do-amazonas-e-agenda-anti-esg.ghtml>
2. Suely Araújo é especialista sênior de políticas públicas do Observatório do Clima e ex-presidente do Ibama
3. Daniela Jerez é analista de política pública do WWF-Brasil